

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA CULTURA DIGITAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
Dificuldades na aprendizagem do deficiente mental



Cursista: Elisangela De F. Munhoz
Orientador: Prof. Ms. Lucas Braga Rangel Villela

Florianópolis

2016

ELISANGELA DE F. MUNHOZ

Dificuldades na aprendizagem do deficiente mental

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Educação na Cultura Digital sob orientação do Professor Mestre Lucas Braga Rangel Villela, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis - SC

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a equipe do curso que me apoiou e ao meu orientador Lucas Braga Rangel Villela

Agradeço a minha irmã Maria Roseli e meu namorado que estiveram ao meu lado todo esse tempo me apoiando, incentivando para a conclusão dessa pós.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
OBJETIVOS.....	7
Capítulo 1. Definições sobre Deficiência Mental.....	8
Capítulo 2. Um histórico da Educação Especial.....	13
Capítulo 3. O papel do professor na Educação Especial.....	21
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo entender mais sobre as dificuldades na aprendizagem do deficiente mental, suas especificidades, perspectiva, o quanto é importante saber e entender sobre para atuar na educação especial. Apresenta algumas estratégias usadas para o deficiente mental através do uso do computador através de programas, softwares. Dessa forma, quando um deficiente mental é estimulado pedagogicamente, isso pode amenizar, ter uma evolução, nas dificuldades de aprendizagem

Palavras Chaves: Deficiência mental, Aprendizagem, Atendimento Especializado Educacional,

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo mostrar as dificuldades de aprendizagem do deficiente mental, suas especificidades, perspectivas, assim como um breve histórico da emergência da educação especial – inclusive no âmbito brasileiro. Por fim, espera-se apresentar o papel do professor perante as dificuldades do deficiente mental.

O termo deficiência mental, não é, e nem se caracteriza como problema ocorrido no cérebro humano que faz portadores possuírem a deficiência ou dificuldades no desenvolvimento. Segundo Paulo, Freitas & Pinho (2005) o que caracteriza a deficiência mental são, basicamente, as defasagens e alterações nas estruturas mentais que possibilitam o processamento das informações.

A deficiência mental compõe dificuldades para o ensino regular e para o AEE (Atendimento Educacional Especializado) pela abrangência de seus diagnósticos e pela quantidade e variedades sobre o mesmo. A deficiência mental prejudica o desenvolvimento da inteligência, assim, as crianças diagnosticadas mostram bastante dificuldade no raciocínio, pouco ou quase nenhuma memorização. O diagnóstico de deficiência mental pode ser obtido logo após o nascimento, mas na maioria dos casos ocorre na pré-escola ou até mesmo na adolescência.

Segundo Mantoan (1997), a efetivação de uma escola de qualidade e inclusiva se pauta na defesa dos direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes notadamente daqueles com deficiências. A inclusão busca a capacitação de profissionais na área da educação, entretanto não é única variável envolvida no processo, sendo importante lembrar também que a criança necessita do apoio familiar.

Figueiredo (2002) chamou a atenção para o papel da escola como mediadora da construção de relações afetivas, sociais e cognitivas, ressaltando que a convivência entre os alunos com deficiência mental e aqueles ditos normais resulta em benefícios mútuos do ponto de vista do desenvolvimento afetivo e social. A escola se constitui, assim, um espaço de convivência e de enfrentamento do múltiplo e do diverso, no qual, pela via de variadas formas de mediação, ocorre a aquisição de instrumentos culturais legados de gerações anteriores (2002, p. 70).

OBJETIVOS

Objetivo Geral: Compreender sobre o surgimento da educação especial, para então, definir as dificuldades de aprendizagem do deficiente mental, seus comportamentos adaptativos, e qual o papel do professor com o deficiente mental.

Objetivos Específicos:

- Estudar e analisar a dificuldades de aprendizagem do deficiente mental;
- Identificar o papel do professor com o deficiente mental;
- Mostrar a importância do uso do computador para com os deficientes mentais;
- Compreender o histórico da educação especial e a sua importância.

1. Definições sobre Deficiência Mental

Deficiência Mental se apropria da expressão como a falta, insuficiência, falha, carência, imperfeições vinculadas ao significado de deficiência, ligada ao conceito de mente ou intelecto. O termo deficiência mental, não é, e nem se caracteriza como problema ocorrido no cérebro humano que faz portadores a possuírem deficiência, dificuldades no desenvolvimento. A definição de deficiência mental, atualmente adotada, foi proposta pela Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) e consta na Política Nacional de Educação Especial do Ministério de Educação e Cultura (BRASIL,1994b)

Segundo Paulo, Freitas & Pinho (2005) o que caracteriza a deficiência mental são, basicamente, as defasagens e alterações nas estruturas mentais que possibilitam o processamento das informações.

O termo *deficiência mental* passou a ser conhecido, reconhecido, por médicos, pedagogos através de estudos científicos, do final do século XVIII. A deficiência mental corresponde as dificuldades no desenvolvimento, entende-se como um funcionamento intelectual inferior à média devido as suas dificuldades e manifesta-se antes de completar os 18 anos.

As pessoas com deficiência mental apresentam tipicamente outros traços, associados com sua limitação intelectual. Pesquisas constataram que o atraso, a imaturidade evolutiva e o déficit mental costumam associar-se a algumas características que não são de inteligência ou de estilo cognitivo, mas de padrões de comportamento de “personalidade” (para ampliar este item, ver Fierro,1988,1997; Zigler,1966).

A criança com necessidades educativas especiais na área da deficiência intelectual apresenta:

- Atraso no desenvolvimento neuro-psicomotor, onde, nesse caso, a criança demora a sentar, firmar a cabeça, andar, falar, dificuldades na marcha e na linguagem compreensiva, dificuldades de entender, compreender os comandos e comportamento infantil divergente com sua idade;
- Dependência afetiva de um adulto, precisa de uma referência;
- Necessidade de apoio visual para guardar imagens mentais, a necessidade de olhar o objeto para lembrar-se;
- Dificuldade para generalizar, transferir e aplicar estratégias aprendidas, dificuldade de introduzir a aprendizagem;
- Capacidade de insistência nas atividades realizadas, da rotina;

- Baixa auto estima decorrentes de situações escolares e familiares;
- Falta de oxigenação no cérebro do bebê no parto.

1.1 Deficiência Mental:

A deficiência mental compõe dificuldades para o ensino regular e para o AEE (Atendimento Educacional Especializado) pela abrangência de seus diagnósticos e pela quantidade e variedades sobre o mesmo. A deficiência mental prejudica o desenvolvimento da inteligência, as crianças diagnosticadas mostram bastante dificuldades no raciocínio, pouco ou quase nenhuma memorização. O diagnóstico de deficiência mental pode ser obtido logo após o nascimento, mas na maioria dos casos ocorre na pré-escola ou até mesmo na adolescência

Diversos estudiosos já buscaram descobrir o que é a inteligência e se há formas de medi-la. Vários modelos surgiram em um espaço de 100 anos, o mais conhecido era o quociente de inteligência (QI). Há vários testes na internet, orientando o indicador de inteligência, mas pra que isso aconteça tem que haver um acompanhamento de um profissional. O *QI* foi um dos primeiros condutores para avaliar o intelecto da criança.

O enfoque psicométrico estabeleceu no final do século XIX e no primeiro quartel do século XX, com a finalidade de medir a capacidade geral ou capacidades intelectuais específicas de acordo com os estudos da Idade Mental (I.M) e de Quociente de Inteligência (Q.I).

A ideia de QI originou no começo do século XX, através de trabalhos realizados pelo pedagogo e psicólogo francês Alfred Binet (1857-1911). Nesse período notou-se que as crianças aprendiam em ritmos diferentes. Através dos testes realizados por Binet em conjunto com o psicólogo Théodore Simon, foi criado, em 1905, a primeira escala de inteligência, conhecida como Binet Simon. A fórmula do QI é feita pela divisão da idade mental pela idade cronológica. Para Binet, o teste é medido entre a razão de Idade Mental (I.M.) sobre a I.C. (Idade Cronológica), multiplicada por 100, para tirar a virgula decimal:

É mostrado pela seguinte equação;

$$Q.I = I.M. / I.C \times 100 .$$

1.3 Caracterização dos mais variados níveis de deficiência mental

De acordo com a Associação Americana para a Deficiência Mental e com Organização Mundial de Saúde (cit. por Baautsta,1997) o resultado do teste de QI traduz em cinco graus de deficiência mental e divide se em grupos:

1) Limites ou borderline: QI-68-85 e IM 13

Crianças que se adaptam neste nível não dizem que possuem deficiências mentais são crianças com capacidades apenas apresentando um leve atraso na aprendizagem ou alguma dificuldade.

2) Ligeiro: QI-52-67 e IM8-12

Podem desenvolver aprendizagem sociais ou de comunicação, possuem capacidade de adaptação e integração no mundo, no mercado de trabalho. Mostram pouco atraso nas áreas perceptíveis motoras. Na escola é diagnosticada as suas dificuldades intelectuais.

3) Moderado ou Médio: QI-36-51 e IM 3-7 (Estágio de desenvolvimento Pré-Operatório)

Nesta fase os deficientes estão sendo observados que podem obter algum tipo de hábitos de autonomia pessoal e social.

Podem aprender a comunicação pela linguagem verbal e mostram um pouco de dificuldade na expressão oral e na compreensão do convencional social. Mostram um bom desenvolvimento motor e tem a possibilidade de obter conhecimentos pré-tecnológicos básicos que faça com que possa conseguir fazer realizar algum trabalho. Dificilmente dominam técnicas instrumentais de leitura, escrita e cálculos.

4) Severo ou Grave: QI-21-35 e IM 3-7 (Estágio de desenvolvimento Sensório Motor)

As crianças que se encaixam neste perfil necessitam muitas vezes de ajuda no domínio da autonomia pessoal e social que é muito debilitada. As vezes possuem problemas psicomotores, conseguem explorar algum sistema de comunicação mesmo possuindo sua linguagem verbal é bem fragilizada.

5) Profundo: QI-20-25 e IM 0-3 (Estágio de desenvolvimento Sensório Motor)

Nesta fase mostra os casos de deficiência grave em que o desenvolvimento das funções básicas se encontram comprometidas. Apresentam grandes problemas sensório-motores e de comunicação. Necessitam auxílio nas atividades e funções de acometimentos físicos e intelectuais que é grave.

O teste foi realizado para perceber o desempenho dos estudantes na escola. Na idade escolar que o deficiente mostra possuir algum tipo de dificuldade de aprendizagem e comportamento

impulsivo, falta de concentração, nervosismo e agressividade. Nessa etapa que é mais adequada fazer o exame do quociente de QI para assim comprovar o grau de deficiência mental da criança. Na análise do QI são verificados e projetados resultados das respostas da criança sobre o teste realizado. O valor aceito como normal é de a partir de 100 para cada criança. Mas, nem todos os valores abaixo de 100 apresentam ser derivados de deficiência mental. As causas de deficiência mental são:

- Genética
- Carência hormonal
- Gravidez conturbada
- Infecção por vírus durante a gravidez
- Sífilis
- Infecções
- Falta de oxigenação no cérebro do bebe no parto.

Segundo Grossan (1983, APUD PEREIRA,2003), há três níveis de educabilidade dos deficientes mentais. O CID10 (Código Internacional de Doenças feito pela Organização Mundial de Saúde), ao distinguir o Retardo Mental (F70-79) especificado no laudo mostrando o grau de inteligência sendo assim sendo estabelecida os quatro níveis de retardo mental que é dado por variação do quociente de inteligência (QI) que são o retardo mental leve, moderado, severo e profundo de acordo com a sua implicação.

No que se entende a de educação em casa, a primeira etapa de desenvolvimento é de máxima importância para a criança. É nesta etapa que há as maiores suposições importantes para a criança. É nesta etapa que há os maiores aprendizados. Segundo Speck (1978), estas possibilidades baseiam-se em alguns princípios que importa referir:

- a) o meio ambiente que tem uma enorme influência na aprendizagem, através da estimulação direta ou indireta que é dada à criança.
- b) os primeiros anos de infância que são o período mais propício para a estimulação, visto que correspondem à fase da vida em que o desenvolvimento psicofísico é mais rápido;
- c) tudo o que a educação pode dedicar à criança nestas idades exige menor esforço educativo do que em idades mais avançadas.

No passado a deficiência mental (D.M) era aceita como sendo uma doença – a oligofrenia - vinda de uma série de anomalias orgânicas que ocasionavam o déficit irreversível no funcionamento

mental. O atraso mental tem adaptado como limitações nas conquistas de conhecimentos escolares, sociais de uma vida diária no ritmo mais lento no desenvolvimento cognitivo e na aptidão de conquistas das funções mentais superiores.

A Secretária de Educação Especial do Ministério de Educação (MEC) adota essa definição para efeito de diagnóstico e caracterização dos portadores de deficiência mental. Ou seja, considerada como portador deficiência mental, aquele cujo ocorre em teste de inteligência seja inferior aos obtidos por 97% a 98% das pessoas da mesma idade; que não satisfaça padrões de independência e responsabilidade esperados do grupo etário cultural, isto é, aprenda habilidades acadêmicas básicas e participe de atividades apropriadas ao grupo social.

Na verdade, a DM poderia ser considerada precisamente a fixação em fases anteriores de desenvolvimento. As fixações dos indivíduos portadores de DM verificam-se em vários níveis de desenvolvimento, ocasionando um ritmo mais lento no curso do desenvolvimento cognitivo e, evidentemente, a definição de distintas características mentais, com nível precário de equilíbrio, devido à precária capacidade adaptativa às demandas do meio. Extraem-se, assim, duas características do desenvolvimento cognitivo das pessoas portadoras de deficiência mental: ritmo lento e horizonte menor do desenvolvimento (BEYER, 1996).

Capítulo 2. Um histórico da Educação Especial

O desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil se iniciou no século XIX, por meio de serviços oferecidos à população, de clara inspiração estadunidense e europeia, que foram trazidas por grupos de brasileiros que tinham como objetivo organizar e implementar ações que atenderiam as pessoas com deficiências mental, física e sensoriais. Essas iniciativas não estavam agregadas às políticas públicas de educação, e foi necessário se passar um século, para que a educação especial se tornasse um dos componentes do sistema educacional brasileiro.

Em sua progressiva afirmação prático-teórica, a Educação Especial absorveu os avanços da Pedagogia e da Psicologia da Aprendizagem, sobretudo de enfoque comportamental. O desenvolvimento de novos métodos e técnicas de ensino baseados nos princípios de modificação de comportamento e controle de estímulos permitiu a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desses sujeitos, até então alijados do processo educacional. (GLAT & FERNANDES, 2005, p. 37)

A história da educação especial no Brasil foi se organizando, seguindo o exemplo de assistencialismo, visão agregativa, e a segmentação das deficiências, que auxiliava na formação escolar e a vida social das crianças e jovens com deficiência. A partir da década de 90 do século XX surge um movimento mundial em favor a inclusão das pessoas com necessidades educacionais. Nesse período houve mudanças educacionais que veio há ocorrer várias discussões, nacionais e internacionais, sobre a educação para todos.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jontien na Tailândia, em 1990, reavizava os movimentos para que o Estado assumisse a garantia do direito educacional das pessoas segregadas nas escolas especializadas ou em seus lares por carregarem algum tipo de deficiência. Essa conferência abriu espaço para que se discutisse a garantia de acesso, permanência e ensino com qualidade para todos, inclusive os que dela foram excluídos (BRASIL, 1990).

As transformações necessárias para que a inclusão de fato ocorra são muitas e profundas, envolvendo questões pedagógicas, gestão e organização escolar, sem citar as repercussões éticas e culturais que devem suportá-las (MONTANO, 1998).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede de ensino regular”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas da educação inclusiva.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração institucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...)possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP,2001).

No início dos anos 1960 que essa modalidade de ensino foi aplicada oficialmente chamada de educação dos excepcionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio da Lei Nº4.024/61, garantiu o direito dos “alunos excepcionais” à educação, estabelecendo em seu Artigo nº88 que para integrá-los na comunidade, esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível, no sistema geral de educação. Em 1972 o Conselho Federal de Educação em Parecer nº 10/0872, entendeu a “educação de excepcionais” como a linha de escolarização.

O século XX surge, uma sociedade inclusiva incluindo a preocupação com os transtornos de aprendizagem ou desordem. O transtorno causa uma desordem no cérebro quando recebe informações, de acordo com a idade cronológica e o desenvolvimento do deficiente.

Garcia (1998) chama a atenção para o fato de que, embora por definição as dificuldades de aprendizagem não são decorrentes da deficiência mental, da ausência de escolarização ou problemas emocionais, existe a possibilidades de co-ocorrência de dificuldades de aprendizagem com outros transtornos do desenvolvimento, tanto da personalidade quanto da conduta.

A pessoa com deficiência, comumente, é vista como aquela que se diferencia do tipo humano “normal”, entretanto, o desenvolvimento comprometido pela deficiência apresenta uma expressão qualitativamente peculiar que se diferencia conforme o conjunto de condições que se realiza.

Porém, as leis do desenvolvimento são iguais para todas as pessoas (deficientes ou não) e a diferenciação do padrão biológico típico do homem implica uma alteração da forma de enraizamento do sujeito na cultura. A cultura provoca uma reelaboração do curso do desenvolvimento humano, sob novas condições e sobre novos fundamentos (CARLO, 1999, p. 77).

Vygotsky (1994) enfatizou o processo de construção das aquisições com a mediação docente, em que se minimizaria, num primeiro momento, a noção de desenvolvimento real – as aquisições autônomas. O desenvolvimento mental só pode ser determinado se forem revelados os seus dois níveis: o Nível de Desenvolvimento Real e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A adoção da categoria de ZDP conduziria a um trabalho pedagógico em que o professor deteria a função de mediador, secundando o processo de aprendizagem, com a finalidade de fomentar a capacidade de regulação da inteligência como habilidade meta-cognitiva por excelência. De fato, o comprometimento do desenvolvimento espontâneo, próprio da deficiência mental, remete à viabilização de uma ação interventiva.

Educação para Todos da UNESCO (1990) e a Declaração de Salamanca (Espanha,1994) definem ações práticas possíveis e reais que são essenciais para as mudanças educacionais. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos foi realizada no período compreendido entre 5 a 9 de março de 1990, organizado pela UNESCO. A mesma reuniu cerca de 1500 participantes, entre eles os delegados de 150 países. A Declaração de Salamanca é um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca na Espanha em 1994, que tinha como grande objetivo fornece diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com a Declaração de Salamanca.

O Plano Nacional de Educação atual, a partir da Lei nº10.172/01, aprova e estabelece objetivos e metas para a educação das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação que estão matriculadas no contexto da educação infantil.

De acordo com Arruda e Portal,

[...]a educação é um fato eminentemente histórico, suas modificações vão aparecendo na proporção em que os modelos adotados se revelam inadequados para satisfazer as necessidades emergentes. [...]. Os modelos seguidos na educação se mostram impróprios, a mesma necessita de um repensar, buscando inovações e estratégias pra atender as necessidades de seus alunos. (2012, p.200)

2.2 A perspectiva do deficiente mental

A perspectiva comportamental conquista o comportamento do deficiente mental, que vem surgir da história genética e adaptativa do indivíduo, que está submetido a mudanças através da organização de estímulos pelos professores. (...) uma análise que examina todos os tipos de estímulos (antecedentes ao comportamento e advindo deles, estímulos discriminativos e estímulos

reforçadores) dos quais a conduta, neste caso, a conduta atrasada, constitui função. Da modificação desses estímulos e, em geral, da intervenção sobre o meio estimulante, o psicólogo de orientação comportamental espera a mudança da conduta atrasada e a melhoria do rendimento da pessoa (FIERRO,1995, p.235).

Nessa perspectiva de uma sociedade inclusiva é um processo que envolve todos os segmentos sociais dentre os quais se destacam a família e a escola. A família enquanto primeira instância socializadora da criança e a escola como mediadora na apropriação do conhecimento científico (SANTA CATARINA, 2009, p.9).

Uma nova posição a deficiência mental tem estabelecido dado uma atenção maior ao comportamento de quem possui deficiência mental e com o seu meio, através de uma visão multidimensional e ecológica. Sendo assim, segundo Verdugo (2001), os elementos chave referentes à deficiência mental reportam-se às competências, contextos e funcionamento. Só assim, será possível classificar e avaliar a deficiência mental enquanto problemática.

A professora do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da Universidade de Brasília (UnB) Denise de Souza Fleith afirma que as atividades desenvolvidas, calculam a capacidade de decisão de uma pessoa.

Na realização desses testes normalmente procuram um diagnóstico clínico para questões e comportamento e conduta, incapacidade cognitiva, problemas de desenvolvimento ou retardo mental. A professora Denise diz que o QI não é o único teste que auxilia nesses casos, é apenas um apoio para que ocorra uma decisão ou para que o diagnóstico seja realizado. Esse procedimento deve ser realizado apenas por profissionais habilitados como psicólogos, psiquiatras.

No Brasil o uso destes testes de QI é no diagnóstico de déficit intelectual. O país possui contato com a rede de escolas especiais, sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e políticas de educação inclusiva. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto pelo Decreto nº 6.571/2008, é parte integrante do processo educacional, sendo que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado(AEE).O objetivo desse atendimento é identificar habilidades e necessidades dos estudantes, organizar recursos de acessibilidade e realizar atividades pedagógicas específicas que promovam seu sucesso ao currículo. Este atendimento não substitui a escolarização em classe comum e é ofertado no contra turno da escolarização em salas de recursos multifuncionais da própria escola, de outra escola pública ou de instituições comunitárias,

confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com a Secretária de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Este atendimento não substitui a escolarização em classe comum e é ofertado no contra turno da escolarização em salas de recursos multifuncionais da própria escola, de outra escola pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com a Secretária de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP,2007), defende a luta pela legalidade da Inclusão Escola: “[...]durante os últimos quinze ou vinte anos tem se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve de ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola seja por motivo que for”. (SANTOS,2000, p.26)

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP,2007), defende a luta pela legalidade da Inclusão Escola:

[...]durante os últimos quinze ou vinte anos tem se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve de ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola seja por motivo que for (SANTOS,2000, p.26).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Segundo Santos (2000) o princípio básico da escola inclusiva é de que toda criança tem direito à educação tendo a oportunidade de aprender, levando em conta a vasta diversidade de características e necessidades individuais. A escola é um espaço de promoção social à educação. A inclusão de crianças com deficiência intelectual na escola torna se uma possibilidade concreta de contribuir para a promoção da cidadania e para a promoção da dignidade humana.

No ponto de vista da inclusão, a adequação do assunto a ser realizado, estudado pelo próprio deficiente mostrando assim a sua capacidade. Os alunos com deficiência serão respeitados pelo mérito de suas capacidades e respeito às suas limitações. O teste feito sobre os deficientes mentais visa mostrar o entendimento, conhecimento e seus avanços no decorrer do ano letivo dos conteúdos curriculares.

A proposta constitucional decretou o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência antecipou a necessidade de se qualificar o que é de si mesmo de um intermédio específico para a deficiência mental, para ajudar à escola.

O atendimento educacional não foi explicado, esclarecido sobre o que significa o seu nascimento educacional e o porquê de ter sido originado sem ter suas ações descritas, por esse motivo é confundido como sendo reforço escolar e /ou com o que é próprio do atendimento clínico, admitindo e atribuindo a qualquer outro conhecimento de áreas afins que cuidam da educação mental.

A Educação Especial durante muitos anos se manteve igual não havendo mudanças nas suas características no ensino regular, nos dias atuais a educação especial tem evoluído, tem se adaptado de acordo com as suas necessidades. As crianças que possuem, apresentam, deficiência mental, devem ser incluídas dentro do espaço escolar pela equipe pedagógica e por todo o corpo docente e funcionários da escola.

Na educação está ocorrendo o emprego para se adaptar os alunos com deficiência mental às normas da escola. Quando um educador ao se deparar com um deficiente mental em sua sala deverá ter uma maior atenção para com a sua aprendizagem. O atendimento educacional especializado acontece de uma atual visão da Educação Especial, mantida e é uma das qualidades para o sucesso da inclusão escolar dos alunos deficientes mentais. O atendimento ocorre para que haja um aprendizado, entendimento por parte do deficiente dos conteúdos dados em sala que são do currículo do ensino regular.

O professor para atuar na Educação Especial tem que possuir uma boa base da sua formação para o exercício da docência, e realização dos conhecimentos a serem transmitidos para as crianças com deficiência. Essa formação fará com que os profissionais educacionais possam atuar na área da educação especial, trabalhar com o atendimento especializado, no atendimento educacional especializado (AEE), mas para que isso ocorra tem que haver um desempenho, aprofundamento, nas deficiências, transtornos entre elas a deficiência mental que nos dias de hoje é chamada de deficiência intelectual. Para Matoan,

[...] a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, uma vez que não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos professores, alunos, pessoal do administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educacional geral. (1997p.145)

As hipóteses que devem acontecer sozinhas ou como parte de um transtorno mental, está a hiperatividades, baixa tolerância à frustração, agressão, instabilidade afetiva, comportamentos motores estereotipados e receptivos e comportamentos auto destrutivos que são mais comuns e mais intenso com o retardo mental progressivamente severo.

O laudo da deficiência mental não se mostra por determinada categoria, tipo de inteligência. Teorias psicológicas desenvolvidas, como as de caráter sociológico, antropológico tem postura diante da deficiência mental, ainda não se fechou a uma postura que atribua as condições.

Em 1972 foi empregado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), o Grupo Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil, foi mostrada a primeira proposta de estruturação da Educação Especial brasileira, criando um órgão central, para administrá-la, sediado no próprio Ministério e chamado Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). É a Secretaria de Educação Especial (SEESP), que se mantem com os mesmos métodos estruturais organizacional no MEC.

O indivíduo que tem a deficiência mental possui vários comportamentos:

1) **Comportamentos Adaptativos:**

Retardo Mental Leve: Retardo mental leve na maioria das vezes é diagnosticado no ingresso da criança na escola, quando ela começa a aprender, já que suas capacidades sociais e comunicativas podem se adequar a escola nos primeiros anos. É nessa fase que forma a maior parcela de crianças com retardo mental, estimado 85%. A criança conforme vai crescendo, amadurecendo os déficits cognitivos como a pouca capacidade para fazer abstrações e pensamentos exclusivos. As crianças que possuem o retardo mental leve possuem uma capacidade na incumbência acadêmica na sua fase superior e seus domínios vocacionais que são necessários para haja um suporte em alguns casos, a aceitação do pode ser complicada. O déficit de comunicação, baixa autoestima e sua coerência ajudam a contribuir na falta de aceitação social. Na grande maioria dos casos de deficiência mental leve o indivíduo pode atingir um/ grau de sucesso social e no mercado de trabalho.

Retardo Mental Moderado: O retardo mental moderado o diagnóstico é precoce, pois as capacidades comunicativas desenvolvem lentamente e seu isolamento pode se iniciar nos primeiros anos da educação escolar. Seus domínios acadêmicos geralmente são medianos devido as suas limitações, as crianças com retardo mental moderado têm o benefício do atendimento individual que

é focado no e sobre o desenvolvimento de habilidade de autoajuda. Essas crianças têm consciência das suas dificuldades e, na maioria das vezes sentem afastadas, frustradas por causas das suas delimitações apresentadas. Elas possuem uma grande necessidade de serem supervisionadas, mas conforme a estimulação, podem ser competentes em suas atividades, tarefas ocupacionais em ambiente que dão segurança, Emprega 10% da população aproximadamente com retardo mental.

Retardo Mental Severo: O retardo mental severo o diagnóstico geralmente se dá na pré-escola, onde percebe que a criança tem a linguagem prejudicada, seu desenvolvimento motor é fraco. O pouco de desenvolvimento da linguagem vem há acontecer na pré-escola, se na adolescência continuar a linguagem fraca, não acontece as formas de comunicação. Podem ser ensinados a falar palavras simples, sua inaptidão de apresentar as suas necessidades de poder de confirmar os meios corporais de comunicação. As perspectivas comportamentais podem auxiliar a promover algum grau de cuidados pessoais, os indivíduos com retardo mental severo auxiliam a promover algum grau de cuidados pessoais, eles necessitam de supervisão severa. Este grupo insere de 3% a 4% da população com retardo mental.

Retardo Mental Profundo: Emprega 1 a 2% da população com retardamento. As crianças com retardo mental profundo requerem uma atenção redobrada possui aptidões comunicativas e motoras e severamente prejudicada. Na idade adulta pode haver algum desenvolvimento da linguagem, e habilidades simples de autoajuda que podem ser adquiridas. Na idade adulta possuem fragilidades necessitando de cuidados de um profissional da área da saúde.

Capítulo 3. O papel do professor na Educação Especial

Há três etapas educativas que devem ser firmadas para reforçar o desenvolvimento do deficiente mental, a saber:

- a educação em casa;
- a educação no jardim de infância;
- a educação da primeira fase

Segundo Mantoan (1997), a efetivação de uma escola de qualidade e inclusiva se pauta na defesa dos direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes notadamente daqueles com deficiências. A inclusão busca a capacitação de profissionais na área da educação, entretanto não é única variável envolvida no processo, sendo importante lembrar também que a criança necessita do apoio familiar.

Segundo Sasaki (1997, p.3), conceitua-se a Inclusão Social como processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Essa função educativa é responsabilidade dos pais ou pessoas responsáveis que fazem parte da família, a necessidade dos deficientes mentais que recebem orientação apoio é de acordo com o seu desenvolvimento. A educação antecipada incentiva o apoio em todos os aspectos o deficiente mental, para que assim ocorra a evolução, para que o deficiente venha a ter mais facilidades, mais desenvolvimento na sua motricidade, percepção, linguagem, socialização e a linguagem.

A primeira experiência no jardim de infância tem a função de desempenhar o brincar e pedagógico que deverá ter orientações para venha que ocorrer o desenvolvimento da aprendizagem.

De acordo com Speck (1978,cit,por,por Bautista,1997),as tarefas principais que a educação pré escolar deverá abranger serão: a estimulação e motivação para a aprendizagem a para as relações interpessoais; educação sensório-motora orientada para a estimulação e a motricidade; treino de autonomia e hábitos de higiene para que se possam cuidar sozinhos ou com pouca ajuda;

educação rítmica; iniciação à comunicação social e verbal para que se sintam integrados e consigam comunicar com os que os rodeiam.

Referindo Bach (1969, cit.por Bautista,1997), podemos falar de várias áreas de desenvolvimento, nomeadamente a socialização, a independência, destreza, domínio corporal, capacidade perspectiva e de representação mental, linguagem e afetividade.

A história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está separada em três grandes períodos: de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 -1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional;

A educação especial foi difundida pelo poder público no ano de 1957 com a criação das “Campanhas” dedicadas para atender cada uma das deficiências. Em 1972 foi empregado pelo Ministério de Educação e Cultura- MEC o Grupo –Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil, foi mostrado a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, criado um órgão central, para administra-la, sediado no próprio Ministério e chamado Centro Nacional de Educação Especial –CENESP. É a Secretaria de Educação Especial – SEESP, que se mantém com os mesmos métodos estruturais organizacional no MEC.

A Lei d Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei Nº4.024/61, garantiu o direito dos “alunos excepcionais” à educação, estabelecendo em seu Artigo nº88, que para integrá-los na comunidade esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível, no sistema geral de educação. Em 1972 o Conselho Federal de Educação em Parecer de 10/0872 entendeu a “educação de excepcionais” como a linha de escolarização,

Os pais de pessoas com deficiência mental, fundaram, criaram mais de 1000 APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), em todo o Brasil. As escolas estão se adequando, organizando se para receber essas crianças com deficiência, os professores estão se adequando, alguns deles que possuem o domínio da tecnologia estão utilizando a sala informatizada na área da educação especial, para assim se a aula mais dinâmica, facilitando a produção de conhecimentos.

Figueiredo (2002) chamou a atenção para o papel da escola como mediadora da construção de relações afetivas, sociais e cognitivas, ressaltando que a convivência entre os alunos com deficiência mental e aqueles ditos normais resulta em benefícios mútuos do ponto de vista do desenvolvimento afetivo e social. A escola se constitui, assim, um espaço de convivência e de enfrentamento do múltiplo e do diverso, no qual, pela via de variadas formas de mediação, ocorre a aquisição de instrumentos culturais legados de gerações anteriores (2002, p. 70).

A formação tradicional em educação especial não se destina a profissionais que terão compromisso de incluir os excluídos da escola, pois não lhes, incute a ideia do especial da educação, que redireciona objetivos e práticas de ensino, pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Porque continua a dividir, a separar, a fragmentar o que a escola deve unir, fundir, para se fortalecer e tornar-se - se justa e democrática, cônica de seus preconceitos, que não discrimina, sob qualquer pretexto- Art.3, parágrafo IV, do Título I da Constituição da República Federativa do Brasil.

Araújo e Figueiredo (2001) observaram que o professor tanto pode facilitar quanto dificultar o estabelecimento de relações favoráveis à criação de um ambiente de respeito mútuo e interação social entre os alunos de sua sala de aula.

Identificados como representantes legítimos do mundo adulto, e de quem a aprovação social importa muito para as crianças, têm um papel fundamental na constituição do grupo-classe, podendo influir para nesse fundar relações de cooperação, respeito e solidariedade. No entanto, o inverso também é verdadeiro, como no caso em que o próprio professor camufla sob um falso discurso integrador a rejeição ou o descrédito pelas possibilidades de integração do grupo. (Atendimento Educacional Especializado Deficiência Mental, Brasília, 2007, p.79).

A presença das Tecnologias de informação e informação (TICs) mostra as mais variadas maneiras de relacionamento com o conhecimento construído assim várias possibilidades pedagógicas. Hoje em dia é sabido que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação vêm se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos de nossa cultura e sua utilização, um meio concreto de inclusão e interação no mundo (Levy,1999).

A importância que assumem essas tecnologias no âmbito da Educação Especial já vem sendo destacada como a parte da educação que mais está e estará sendo afetada pelos avanços e aplicações que vêm ocorrendo nessa área para atender necessidades específicas face às limitações de pessoas no âmbito mental, físico-sensorial e motoras com repercussão nas dimensões-sócio afetivas. (Santarosa,1997).

Nos dias atuais há vários programas no computador que são usados na educação especial com os mais variados objetivos pedagógicos, um software que foi criado para se trabalhar com crianças com deficiência mental e entre outras deficiência é o bookmaker é um programa de comunicação alternativa.

Na utilização do computador como mais um viés, mais uma ferramenta que irá transmitir informações, através dos mais variados programas educativos existentes. Os softwares são sistemas

nos quais os educandos, e professores interagem diretamente com o computador, o uso é sempre com o auxílio de um profissional especializado que possa ajudá-los, facilitando assim, com que o deficiente mental possa também aprender e fazer o uso do computador.

Valente (1991) cita como alguns exemplos os jogos de exercício e prática que têm como objetivo o desenvolvimento da memorização e da repetição de conteúdo, por isso são usados basicamente para a revisão da matéria trabalhada em sala de aula e os jogos educacionais, que se constituem como uma maneira divertida de aprender, no entanto apresentam o risco de os aspectos competitivos que os mesmos envolvem se sobressaírem aos aspectos pedagógicos da utilização de tais programas.

No uso do computador e na utilização das suas ferramentas, para o processo de aprendizagem de crianças com deficiência mental, através do uso de softwares, podendo assim se trabalhar com editores de texto, editores de imagem, a internet é uma grande fonte de pesquisa auxiliando na aprendizagem do deficiente mental.

O desenvolvimento dessa prática educacional no contexto educacional deve ressaltar a realização das atividades realizadas através do uso do computador, desafiando as crianças deficientes o seu conhecimento, fazendo assim com que consigam desenvolver as suas habilidades.

Para que o cérebro desenvolva todo seu potencial, é preciso que seja estimulado, provocado, trabalhado em suas centrais de comunicação. (...) Os primeiros quatro anos de vida da criança são particularmente fundamentais para estruturação das funções cerebrais. Um bebê que passe deitado, sem estimulação física, a maior parte do primeiro ano de vida certamente apresentará sérias anomalias em sua evolução. (FIALHO,2001)

O estudo, de caráter longitudinal, fundamenta-se numa abordagem sócio histórica de educação e desenvolvimento humano. A investigação foi desenvolvida por intermédio de sessões de intervenção e avaliação pedagógicas realizadas com alunos com deficiência mental, visando proporcionar-lhes experiências que contribuam para a aquisição da linguagem escrita, assim como criar condições que possibilitem examinar seus processos de aquisição dessa linguagem, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de estratégias de leitura e produção escrita. Os procedimentos da pesquisa constaram de:

- 1) Avaliação inicial da evolução dos sujeitos em relação à linguagem escrita e suas estratégias de leitura.
- 2) Sessões semanais de intervenção pedagógica com duração de aproximadamente duas horas e meia.

3) Avaliação final dos progressos obtidos por cada sujeito ao longo do período de intervenção pedagógica.

O estudo foi desenvolvido com 10 alunos com idade entre 12 a 20 anos, 2 dos alunos pertencem a uma família de classe média, enquanto os outros 8 pertencem a famílias de meio socioeconômico desfavorecido, 3 dos quais residem em uma instituição filantrópica para crianças abandonadas. Quanto ao desenvolvimento da linguagem escrita 4 (Miguel, Alice, Lya, e Elizabeth) atingiram o nível alfabético e os demais se encontram nos níveis pré-silábicos (Tomás, Pedro Paulo, Sâmio e Joyce) e silábico (Ricardo e Eduardo) de aquisição da escrita. Desses alunos, 4 estudam na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), 1 (Lya) estuda em uma escola de educação especial, 1 (Alice) cursa a 2ª série de escola particular de classe média, e os demais (Eduardo, Ricardo, Miguel e Tomás) estudam em salas especiais de escolas públicas estaduais.

Nesse texto, analisamos um episódio de mediação pedagógica extraído da transcrição de uma sessão de avaliação registrada em fita de vídeo, na qual pode-se observar o papel do mediador ao ajudar um sujeito a se engajar em tarefas de leitura e/ou escrita. Assim, nosso principal foco de análise são as interações/diálogos entre o Mediador (professor), Sujeito Cognoscente (aluno) e Objeto de Conhecimento (a linguagem escrita), realizados no contexto de atividades de leitura e produção escrita desenvolvidas em sessões de intervenção e avaliação pedagógicas. Não temos a pretensão de demonstrar o desenvolvimento psicogenético de um conceito ou habilidade em particular. Nosso propósito é evidenciar/exemplificar como os alunos que participaram deste estudo se beneficiam da mediação pedagógica ao tentar compreender a língua escrita.

No Novo Dicionário Aurélio, encontramos sete acepções para o termo mediação. Destacamos as que definem mediação como “1. Ato ou efeito de mediar; 2. Intervenção, intercessão, intermédiz” (Ferreira, 1986, p. 1.109). O Dicionário de Filosofia de Abbagnano define mediação como a função que relaciona dois termos ou dois objetos em geral (1982, p. 627). De acordo com o Dicionário de Psicologia de E. Dorin, mediação é: 1 - O meio utilizado pelo indivíduo (ser humano ou animal) para vencer obstáculos e atingir um objetivo; 2 - Processo geralmente verbal que serve como elo, como ligação entre estímulos e respostas (Dorin, 1978, p. 173).

Pautadas em concepções e em ideias preconcebidas sobre as possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento das pessoas com deficiência. Antes mesmo de tentar estabelecer uma mediação com esse aluno, e de tentar favorecer o estabelecimento de vínculos dele com o grupo de classe, o professor alega dificuldades, não investe nessa possibilidade. (Figueiredo, 2002, p. 76)

Essas ideias foram pautadas em ajudar a entender a importância de aceitar a natureza multifacetada das mediações impostas nos vínculos de ensino aprendizagem no contexto escolar

tendo em vista que ode haver resultados positivos ou negativos, o desenvolvimento cognitivo emocional e social dos indivíduos incluídos.

Com base na discussão desenvolvida e nos dados da pesquisa por nós desenvolvida, destacamos as seguintes considerações finais:

- Os resultados da pesquisa indicam que alunos com deficiência mental são capazes de se apropriar, através da mediação pedagógica, não somente dos conhecimentos relativos à aprendizagem da língua escrita, mas também das estratégias utilizadas pelo mediador.

- A mediação pedagógica é mais significativa e eficiente quando resulta na combinação de estratégias variadas, orientadas em função das dificuldades e potencialidades dos sujeitos e da situação-problema.

- É importante considerar a mediação como um fenômeno multifacetado, visto que nela estão implicados diversos aspectos do desenvolvimento e não apenas os processos cognitivos.

- É importante considerar, também, as concepções do mediador como um fator de grande relevância no estabelecimento das relações na tríade sujeito mediador, objeto de conhecimento e sujeito da aprendizagem.

Os dados e argumentos apresentados neste trabalho parecem-nos particularmente relevantes porque indicam que a compreensão do papel das múltiplas formas de mediação pode, efetivamente, contribuir com a melhoria do trabalho pedagógico realizado pelas escolas e demais instituições que fazem atendimento aos alunos com deficiência mental. Essa compreensão se opõe àquela que supõe que, dadas as características genéticas, psicológicas e comportamentais de tais alunos, eles não são capazes de se beneficiar da educação formal. (Atendimento Educacional Especializado –Deficiência Mental, Brasília DF, 2007.p.80).

Considerações Finais

Esta pesquisa de conclusão do Curso de Especialização em Cultura Digital levou-me a pesquisar, entender sobre as dificuldades na aprendizagem do deficiente mental, suas especificidades, perspectivas, e um pouco da educação especial no geral e no Brasil, o papel do professor.

No decorrer da pesquisa pude constatar as mais variadas dificuldades de aprendizagem no deficiente mental, que ainda nos dias atuais há uma resistência por meio de alguns educadores, todos os deficientes perante a lei tem que estar matriculados no ensino regular.

Nos atuais dias a tecnologia só veio trazendo benefício através dos mais variados programas, softwares de computador, que são utilizados na educação dos deficientes, auxiliando-os na sua aprendizagem, diminuindo assim as suas dificuldades, isso acarretou facilidades e benefícios para com o deficiente.

O desenvolvimento dessas práticas educacionais ressaltou na realização de atividades realizadas no computador, proporcionou ao deficiente mental um aprendizado, desafiando-o a mostrar as suas capacidades.

O deficiente mental sendo incentivado, motivado consegue muitas das vezes superar as dificuldades de aprendizagem, podendo utilizar os mais variados métodos, como a tecnologia assistiva que são desenhos no computador.

Referência Bibliográficas

Sites

KASSAR, Mônica de C. Magalhães. **Diagnósticas a Deficiência Mental: Sim ou Não?** Disponível em: http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista2numero1pdf/r2_art08.pdf Acessado em :24 /05/2016.

ANACHE, Alexandra Ayach, e MITJÁNS Albertina Martinez. **Deficiência mental e produção científica na base de dados da CAPES: o lugar da aprendizagem.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n2/v11n2a06> Acessado em 06/06/16

FERREIRA, Fernanda, DIAS Marília e SANTOS Pedro. **Níveis e Tipos de Deficiência Mental.** Disponível em: <http://edif.blogs.sapo.pt/568.html> Acessado em 30/05/2016

PIFELIX, Marcial Diaz-Rodriguez, DELNYZE Dyanne Alves Fagundes e MAGALHÃES Terezinha Camargo. **Deficiência Mental Leve versus Transtorno Geral da Aprendizagem: Diagnóstico e Tratamento Diferenciais.** Disponível em. <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/136.pdf> Acessado em 23/05/2016.

RUSCHEL, Silvia P, FONTES, Maria Alice, **Dificuldades de Aprendizagem e os problemas relacionados.** Disponível em <http://www.plenamente.com.br/artigo/194/-que-sao-transtornos-aprendizagem-causas-tipos.php#.V3qrsbgrK00> Acessado em:14/06/2016

ROCHA, Wellington Torres da, **Deficiência Mental.** Disponível em: <http://pedagogiaaopedaletra.com/deficiencia-mental/> Acessado em 14/06/2016

FREIRE, Fernanda Maria Pereira, **Educação Especial e recursos da informática** Disponível em <http://www.proinfo.gov.br/upload/biblioteca/197.pdf> Acessado em 25/05/2016

MRECH, Leny Magalhães. **Os desafios da Educação Especial ,O Plano Nacional de Educação e a Universidade Brasileira** [http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=6:educacao-o-inclusiva&id=98:os-desafios-da-educacao-especial-o-plano-nacional-de-educacao-e-a-universidade-brasileira/](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=6:educacao-inclusiva&id=98:os-desafios-da-educacao-especial-o-plano-nacional-de-educacao-e-a-universidade-brasileira/) Acessado em 29/06/16

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasília ,2008 <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acessado em 29/06/16

Tecnologia Assistiva nas escolas (Recursos básicos de acessibilidades sócio digital para pessoas com deficiência) 2008 http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite_o_texto/Cartilha_Tecnologia_Assistiva_nas_escolas_-_Recursos_basicos_de_acessibilidade_socio-digital_para_pessoal_com_deficiencia.pdf Acessado dia 02/07/16

Livros

GOMES, Adriana L. Limaverde Gomes, FERNANDES Anna Costa e MONTOAN Maria Teresa Eglér entre outros, **Atendimento Educacional Especializado Deficiência Mental**. Brasília DF Editora Cromos,2007

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MONTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação Inclusiva** (Atendimento Educacional especializado Educacional para a Deficiência Mental). Brasília DF.MEC/SEEESP,2006

FUNAYAMA, Carolina A.R. **Problemas de aprendizagem**. Enfoque Multidisciplinar. Campinas SP editora.Alínea,2005

MORAIS António Manuel Pamplona. **Distúrbios da Aprendizagem** uma abordagem psicopedagógica, São Paulo, editora Edicon.2006

COLL,César; MARCHESI Álvaro ,PALACIOS Jesús e colaboradores, **Desenvolvimento psicológico e educação** Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais v.3 Porto Alegre RS, editora Artmed ,2004.

ANDRADE Izabel Cristina Feijó de, CARON Lurdes. **Educação Inclusiva compartilhando saberes e fazeres**. São José SC, editora ICEP,2015.